



## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2025

Boa Vista – RR, 06 de janeiro de 2025.

**Processo nº:** 031/2024

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para os Funcionários do CRO-RR.

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho a fim de elaborar:

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – **PPRA**;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**;
- Laudo Técnico de Insalubridade, de acordo com a legislação vigente – **LTI**;
- Programa de Gerenciamento de Risco – **PGR**;
- Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, de acordo com a legislação vigente – **LTCAT**;
- Atestados de Saúde Ocupacional – **ASOs** (Atestado Admissional, Demissional, Retorno ao Trabalho, Troca de Função e Periódico), de acordo com a legislação vigente;
- Especialidades em Medicina do Trabalho.

### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Serviços que compõem este Objeto:

- ✓ PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- ✓ PCMSO – Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional;
- ✓ LTI – Laudo Técnico de Insalubridade (conforme a legislação vigente);
- ✓ PGR – Programa De Gerenciamento De Risco;
- ✓ LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (conforme a legislação vigente);
- ✓ ASO – Atestados de Saúde Ocupacional, Atestado Admissional, Demissional, Retorno ao Trabalho, Troca de Função e Periódico (conforme a legislação vigente)

### 3. EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A execução do fornecimento será iniciada a partir da assinatura do contrato, bem como da emissão da Nota de Empenho em nome da empresa vencedora, no qual lhe ficará assegurado os recursos necessários para o pagamento das referidas despesas, através de destinação orçamentária própria.



- 3.2. Para a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, a empresa contratada deverá ter sede em Boa Vista/RR, com horário mínimo de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.
- 3.3. Quando da emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, ASO periódico, quando houver no mínimo 8 pessoas para realização do exame, a contratada deverá disponibilizar o profissional para atendimento na sede do CRO-RR, em período acordado entre ambas as partes, sendo necessário, portanto, que a empresa forneça todo o necessário, inclusive os equipamentos imprescindíveis para a realização dos exames, ficando o CRO-RR ficará responsável pelo local, com estrutura mínima para atendimento.
- 3.4. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

3.4.1 PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL: Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Planejamento, elaboração, administração e execução do PCMSO, bem como assistência técnica sobre o assunto à CONTRATANTE, sempre em consonância ao disposto na legislação pertinente, preconizado pela Norma Regulamentar do Ministério do Trabalho NR nº 7, o PCMSO detecta incidências de patologias entre a população de empregados, fornecendo os elementos para estudo da correlação entre este adoecimento e as condições de trabalho, os processos das relações de trabalho existentes. Quando detectados indicativos da existência de fatores desencadeantes de patologias, serão desenvolvidas estratégias de ação e prevenção e caberá à CONTRATADA a elaboração e realização das mesmas, garantindo a promoção à saúde e integridade dos empregados do CRO-RR.

3.4.2 Caberá a CONTRATADA fornecer como ações do PCMSO os seguintes serviços:

- ✓ Abertura de guarda do Prontuário Médico Individual de cada empregado;
- ✓ Exame Clínico Ocupacional;
- ✓ Análise Anamnese do empregado;
- ✓ Emissão de Atestados de Saúde Ocupacional – ASOs: Periódico, Admissional, Demissional, Alteração de Função e Retorno ao Trabalho;
- ✓ Exames complementares quando necessários e solicitados pelo Médico;
- ✓ Avaliação de riscos com relação a danos à saúde do trabalhador, junto com o PPRA;
- ✓ Implantação de Medidas de Controle e Avaliação de sua eficácia após a implantação;
- ✓ Sugestão de treinamento, Cursos e Palestras relacionadas à saúde dos empregados da contratante;
- ✓ Relatório quando detectados alterações de saúde dos empregados;
- ✓ Acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional dos empregados da contratante.

3.4.3 PGR – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS:

Garante a melhoria gradual e progressiva do ambiente de trabalho, visando à preservação da saúde e da integridade física dos empregados do CRO-RR, através de ações de prevenção e controle dos riscos existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, definidos pela NR 9, os riscos como:



- ✓ agentes físicos (ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom);
- ✓ agentes químicos: (substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeira, fumo, névoa, neblina, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão);
- ✓ agentes biológicos: bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros).

#### 3.4.4 Caberá à CONTRATADA no que tange ao PGR – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS:

A Contratada deverá elaborar, implantar e atualizar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em conformidade com a legislação vigente;

A Contratada deverá disponibilizar e manter atualizada uma via do programa digitalizada e outra impressa e assinada. Ambas devem ser encaminhadas em até 60 (sessenta) dias, contados do termo de início do instrumento contratual ou renovação do instrumento contratual, para o fiscal do contrato, que será nomeado e apresentado pela Contratante;

A Contratada, durante a vigência do contrato, deverá dar assessoria, disponibilizar e atualizar, o PGR sempre que houver necessidade de ajustes que impliquem a exposição ou alteração dos riscos ocupacionais;

O PGR subsidiará o PCMSO com dados e informações, sendo assim, a Contratada sempre que solicitada, deverá atualizar e/ou incluir dados para suprir a demanda da Medicina Ocupacional;

Se detectada a necessidade de avaliação quantitativa de agentes químicos e/ou físicos, estando ou não previsto neste Termo de Referência, deverá encaminhar a relação e detalhamento da necessidade para validação da Contratante, que poderá autorizar ou não a execução da avaliação destes agentes;

O Programa a ser entregue para a Contratante está sujeito a auditoria interna e externa. Entretanto, para que possa atender de forma satisfatória o documento a ser disponibilizado pela Contratada deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Todas as folhas dos documentos devem ser rubricadas pelo Responsável Técnico;
- b) Deverá evidenciar no documento os dados da Contratada que elaborou o documento, sendo eles: Nome da empresa, CNPJ e assinatura do responsável pela empresa;
- c) Deve ser anexado ao documento, o CNPJ da Contratada;
- d) Quando houver atualizações no programa, deverá inserir um relatório assinado pelo Responsável Técnico evidenciando as alterações realizadas.

#### 3.4.5 No tocante ao PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, caberá a CONTRATADA fornecer como ações os seguintes serviços:

- ✓ Consultoria e Desenvolvimento do PPRA;
- ✓ Reconhecimento de Riscos Ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho;



- ✓ Aferições e análises de Agentes de Riscos Ocupacionais e Exposições dos empregados da contratante;
- ✓ Elaboração do registro físico dos riscos existentes e que venham existir na empresa (forma de registro, manutenção e divulgação dos dados);
- ✓ Medições ambientais através de aparelhos: NPS – Nível de Pressão Sonora (dB Ruído), IBGTU – Índice de Bulbo úmido-termômetro de globo (° Temperatura), Lux – Luminosidade (Luz), NURA – Nível de Umidade Relativa no Ar (% Umidade);
- ✓ Planejamento anual, metas, prioridades e cronogramas;
- ✓ Implantação de medidas de controle (estratégia e metodologia de ação) e avaliação de sua eficácia após a implantação;
- ✓ Sugestão de treinamento, cursos, palestras e melhorias em processos;
- ✓ Atender todas as exigências contidas na NR – 9.

3.5 Quanto ao LTI – Laudo Técnico de Insalubridade e ao LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, as atividades a serem desenvolvidas, dentre outras correlatas, são:

- ✓ Elaboração de LTI Laudo Técnico de Insalubridade e LTCAT Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, de acordo com a legislação pertinente em vigor;
- ✓ Analisar todos os setores e postos de trabalho com descrição das atividades;
- ✓ Avaliar as funções/atividades relacionadas à exposição a agentes nocivos;
- ✓ Consultar as normas e legislações pertinentes em vigor;
- ✓ Elaborar os Laudos de acordo com as normas vigentes;
- ✓ Elaborar o Laudo Técnico de Insalubridade (LTI), e o Laudo Técnico das Condições do Trabalho (LTCAT), para controle dos agentes de riscos ocupacionais e outras providências cabíveis;
- ✓ Documentar os agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho;
- ✓ Mencionar a legislação ou norma em que se baseou para a elaboração dos Laudos Técnicos (critério qualitativo e quantitativo);
- ✓ Descrever, detalhadamente, as atividades desenvolvidas pelos empregados, o ambiente de trabalho e as máquinas e equipamentos utilizados;
- ✓ Elaborar medição de ruído com gráficos e histogramas e anexar no relatório do LTCAT, sem custos adicionais;
- ✓ Listar, quantificar e qualificar os riscos ocupacionais e a metodologia e procedimentos de avaliação dos agentes nocivos estabelecidos pelas normas pertinentes de cada um dos laudos;
- ✓ Descrever quais as medidas ou equipamentos de proteção coletiva (EPC) e ou individual (EPI), a serem adotados para que neutralizar, eliminar ou atenuar os riscos aos níveis estabelecidos.

## 4 JUSTIFICATIVA

4.1. A elaboração dos programas se dá em face da necessidade de se estabelecer diretrizes atinentes à implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também à ocorrência de acidentes em serviço.



- 4.2. A contratação ora pretendida advém da necessidade de enquadramento legal do CRO-RR nas disposições contidas nas Normas Regulamentares NR 5, NR 6, NR 7, NR 9 e NR 17, todas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como auxiliar na manutenção da saúde ocupacional e a integridade física e mental dos empregados do Conselho.
- 4.3. A contratação visa ainda, identificar riscos e medidas de controle pertinentes para serem eliminados ou controlados, auxiliando na manutenção da saúde dos colaboradores do Conselho, por meio da prevenção da ocorrência de acidentes em serviço e doenças ocupacionais, além de contribuir com a proteção do meio ambiente.
- 4.4. Auxiliar na preservação a saúde do quadro de pessoal do CRO-RR, bem como melhorar a satisfação pessoal e dos serviços prestados, com reflexos positivos na qualidade de vida do corpo funcional do Conselho.

## **5. INFORMAÇÕES RELEVANTES AO DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. A contratada poderá, a seu critério, realizar visita a fim de entender e/ou esclarecer dúvidas acerca da elaboração de sua proposta ou referente a prestação do serviço.
- 5.2. A contratada que não realizar a visita, não poderá alegar desconhecimento após a apresentação de sua proposta sob pena das sanções previstas neste Termo de Referência.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 6.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação, e deverão constar:
  - a) Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa proponente;
  - b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta;
  - c) Dados bancários da empresa, com número do banco, conta corrente e agência;
  - d) A proposta deverá ser apresentada com a descrição do objeto ofertado, atendendo ao descrito nos itens 2 e 3 deste Termo de Referência.
- 6.3. A licitante deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 6.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 6.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.





- 6.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 6.7. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 6.8. Qualquer elemento que possa identificar a licitante no cadastro dos dados da proposta no sistema compras.gov.br importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 6.9. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 6.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 6.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

## 7. DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O valor total estimado para a contratação dos objetos/serviços descritos no item 1 deste Termo de Referência, para o período de 12 meses, será de **R\$31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais)**, conforme Pesquisa de Preço realizadas em 01/08/2024; sendo este o valor máximo que o CRO-RR se disponibiliza a pagar para a aquisição do objeto.
- 7.2. Os valores estimados para os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho são de: R\$16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais).
- 7.3. Os valores estimados para os serviços relacionados à Medicina do Trabalho são de: R\$15.000,00 (quinze mil reais).
- 7.4. Os valores expressos acima tem por base os valores medianos obtidos em pesquisa de mercado, no site Compras.Gov, na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação do objeto que trata este Termo de Referência, correrão à conta da dotação orçamentária onde restou constada a adequação financeira-orçamentária, tendo a disponibilidade de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais); valor adequado e suficiente nos termos da Pesquisa de Preços.

8.1.1. Unidade Orçamentária: 001;

8.1.2. Rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.004.014 – Serviços de Medicina do Trabalho;

8.1.3. Tipo de Empenho: Estimativo



8.2. Caso a execução do objeto ultrapasse um exercício, as despesas dos próximos exercícios correrão por conta do orçamento e consignações orçamentárias próprias.

## 9. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

9.1. Em razão da pesquisa de preços realizada e o valor estimado para contratação do objeto deste Termo de Referência, a referida compra poderá, a critério da autoridade competente, ser realizada por contratação direta por dispensa de licitação, conforme preveem os Art. 72 e 75 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar ao Agente de Contratação as documentações indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Caberá ao Agente de Contratação e/ou à Comissão Permanente de Licitação - CPL, verificar se o licitante preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, bem como à existência de sanção que impeça a eventual contratação, de acordo com o inciso V do Art. 72 da Lei 14.133 de 2021.

10.1.1. São requisitos da **Habilitação Jurídica**:

10.1.2. No caso de empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento de identificação comprobatório de seus administradores;

10.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal do empreendedor;

10.1.6. Demais documentos e/ou certidões que demonstrem a possibilidade, capacidade e a autorização do Fornecedor de prestar o serviço ou entregar o bem licitado.

10.2. Da **Habilitação Fiscal e Trabalhista**:

10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

10.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

10.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;



10.2.6. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz, a partir de quatorze anos (Anexo II deste Termo de Referência).

**10.3. Da Qualificação econômico-financeira:**

10.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.3.2. Declaração de que não emprega menor de idade (ANEXO II);

## **11. DA FORMA DE FORNECIMENTO**

- 11.1. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços contratados, bem como realizar as instalações às suas expensas, incluindo todos os custos com material, mão de obra, encargos fiscais, encargos trabalhistas, encargos com licenças e todos e quaisquer custos necessários à instalação dos referidos serviços até as áreas internas dos locais de instalações indicadas pela Contratante.
- 11.2. A execução do fornecimento poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência na proposta e nos demais documentos constantes do respectivo processo licitatório, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 11.3. A contratada deverá possuir e-mail comercial, tendo em vista que em todas as comunicações e solicitações serão formalizadas por formato eletrônico e com aviso recebimento para o endereço fornecido na proposta.
- 11.4. A contratante espera-se serviços de alto padrão de qualidade, com ocorrência de falhas iguais a zero ou próximo disto.
- 11.5. Todas as despesas como deslocamentos, manutenções, instalações, entrega e troca de produto ficarão a cargo da Contratada.
- 11.6. O CRO-RR não disponibilizará nenhum empregado de seu quadro de funcionários para operar os serviços relacionados ao objeto da contratação, ficando a cargo da empresa Contratada o fornecimento total da mão de obra.
- 11.7. Todas as instruções e reclamações do CRO-RR serão transmitidas por escrito diretamente à contratada, salvo em casos de urgência, quando poderá fazê-lo por telefone, tornando-a formal tão logo seja possível.

## **12. DO PAGAMENTO**





- 12.1. O pagamento será efetuado com a apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada.
- 12.2. O valor e descrição contidos nas notas fiscais deverão ser idênticos ao da proposta de preços. Em caso de divergência, o fiscal do contrato estabelecerá prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição das mesmas.
- 12.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de atesto da nota fiscal pelo servidor responsável da contratante. Na nota fiscal deverá estar descrito os dados bancários da empresa contratada.
- 12.4. A contratante efetuará o pagamento exclusivamente para a empresa contratada, vedado qualquer pagamento em conta bancária de terceiros, independentemente de função ocupada nos quadros da contratada.
- 12.5. O pagamento fica condicionado à prévia certificação quanto à execução a contento do objeto contratado.
- 12.6. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da contratada, além da regularidade junto aos órgãos trabalhistas e ao FGTS, mediante consulta efetuada por meio eletrônico ou por meio da apresentação de documentos hábeis.
- 12.7. A contratada deverá apresentar em sua nota fiscal/fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto autorizado, mediante contrato específico. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CRO-RR.
- 12.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.
- 12.9. À contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:**

13.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor designado para este fim, nos termos do Art. 117 de Lei Federal 14.133 de 1º abril de 2021;



13.1.2. Atentar para que durante a vigência do presente contrato seja mantida a situação de regularidade relativa à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal da Contratada, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas da Contratada;

13.1.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;

13.1.4. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;

13.1.5. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

13.1.6. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;

13.1.7. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada;

13.1.8. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões;

13.1.9. Comunicar formalmente à Contratadas quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);

13.1.10. Formalizar as requisições de demandas junto a Contratada, efetuando cada solicitação em tempo hábil, sempre com o mínimo 24 horas de antecedência entre o pedido e a entrega do serviço, salvo ocorrências urgentes que precisem ser realizadas no mesmo dia, devendo a urgência ser comprovada pelo Contratante;

13.1.11. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados.

**13.2. A CONTRATADA obriga-se a:**

13.2.1. Nomear preposto para acompanhamento da prestação dos serviços, que deverá seguir as orientações demandadas pelo CRO-RR;

13.2.2. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados, bem como assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta contratação;

13.2.3. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.4. Zelar pela perfeita execução do objeto contratado;



13.2.5. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência;

13.2.6. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

13.2.7. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CRO-RR ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;

13.2.8. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando o CRO-RR isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

13.2.9. Cumprir com a entrega do objeto nos prazos e condições especificados neste Termo de Referência;

13.3. Manter seus empregados e/ou prepostos, quando em serviço, devidamente identificados, mediante o uso permanente de crachás;

13.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante;

13.4.1. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CRO-RR quando estiverem dentro das instalações do mesmo, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

13.4.2. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.4.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.4.4. Em caso de constatação de vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução do serviço, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado;

13.4.5. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

13.4.6. É expressamente vedado que a Contratada utilize o nome e imagem do CRO-RR para fins comerciais, bem como utilizar o presente contrato de forma publicitária;



13.4.7. O envio da nota fiscal do serviço prestado é de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo condição necessária ao pagamento do serviço;

13.4.8. Disponibilizar canal de atendimento para facilitar o solucionamento e contatos de demandas da Contratante;

13.4.9. Cumprir demais deveres estabelecidos em outros instrumentos constantes do respectivo processo licitatório, não podendo alegar o seu desconhecimento.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1. Qualquer interessado poderá apresentar recursos contra os atos decisórios proferidos no curso da licitação, na forma disposta no Artigo 165 da Lei N.º 14.133/2021.

14.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis do ato impugnado.

14.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.5. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura do ato de habilitação ou inabilitação;

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.10. Os recursos deverão ser enviados via sistema Compras.Gov, *podendo ser enviadas cópias* ao e-mail: [licitacao@crorr.org.br](mailto:licitacao@crorr.org.br).

## **15. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. Nos termos do Art. 117 da Lei Federal 14.133 de 1º abril de 2021, será designado representante da contratante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a



execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei Federal 14.133 de 2021.

15.3. Ao representante designado para fiscalizar o contrato, compete, entre outras atribuições:

15.3.1. Acompanhar ativamente a execução das obrigações contratuais;

15.3.2. Comunicar, tempestivamente, à contratante ocorrências que impliquem no descumprimento de obrigação contratual, inclusive, tipificando a conduta faltosa;

15.3.3. Controlar o prazo de execução do objeto e de vigência do instrumento contratual, motivando tempestiva e adequadamente a sua prorrogação, esta última, somente se houver previsão para tal hipótese;

15.3.4. Dar suporte à comissão ou servidor designado para recebimento do objeto, se for o caso; e instruir os autos com os documentos necessários à liquidação e pagamento da despesa.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

16.1.2. Advertência por escrito para pequenas irregularidades, entendidas aquelas que pelo juízo da administração do contratante não causarem prejuízos significativos;

16.1.3. Multa de mora de 1% (um por cento) calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto, até o máximo de 15 (quinze) dias;

16.1.4. Multa de mora de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no caso de atraso injustificado para efetuar o serviço contratado, contado a partir do esgotamento do prazo estabelecido pelo fiscal do contrato para a promoção da reparação/substituição, até o máximo de 15 (quinze) dias;

16.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da contratada.





- 16.3. Após o décimo quinto dia de atraso injustificado, o contratante poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do objeto.
- 16.4. Será declarada inidônea para licitar ou contratar com o CRO-RR, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir os prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada:
- 16.4.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
  - 16.4.2. Não mantiver a proposta;
  - 16.4.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 16.4.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 16.4.5. Fizer declaração falsa; ou
  - 16.4.6. Cometer fraude fiscal.
- 16.5. As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, garantida a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.
- 16.6. Para efeito de aplicação de multa, o valor do Contrato será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.
- 16.7. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.
- 16.8. O valor da multa, aplicada após regular prazo de recurso, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo contratante, salvo se existente garantia contratual, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 16.9. Aplicam-se, ainda, subsidiariamente ao contrato, as cominações legais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **17. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 17.1. A rescisão do contrato ocorrerá motivadamente com observância as exigências dos Art. 89, Art. 90 e Art. 91 da Lei 14.133 de 2021.



- 17.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, o Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 17.3. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à contratada, que após formalmente intimada, terá o prazo decadencial de 5 (cinco) dias úteis para manifestação.
- 17.4. Em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da contratada, aplica-se o previsto no item 15.1 deste Termo de Referência.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÕES SUBJETIVAS**

- 18.1. Não será admitida a subcontratação, ceder ou transferir, total ou parcialmente do objeto deste instrumento.
- 18.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação;
- 18.3. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CRO-RR à continuidade do contrato.

## **19. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 19.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura entre as partes.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1. Este Termo de Referência é parte integrante do contrato, devendo integrá-lo de forma anexa.
- 20.2. O contrato reger-se-á pelas normas elencadas na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores aplicáveis a espécie.
- 20.3. O foro para solucionar os litígios será o de Boa Vista/RR, desconsiderando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Elaboração do Termo de Referência:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARIA CONSOLATA DE OLIVEIRA  
Data: 06/01/2025 13:37:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Maria Consolata de Oliveira**  
Superintendente do CRO-RR

De acordo:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DANIELA FAVALLI JACCOMO  
Data: 06/01/2025 13:57:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Daniela Favalli Jaccomo, CD**  
Presidente do CRO-RR

## **ANEXO I**

### **PROPOSTA DE PREÇOS**



Boa Vista – RR, 03 de janeiro de 2025.

**Processo nº:** 031/2024**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para os Funcionários do CRO-RR.

Ao

**Agente de Contratação**

Conselho Regional de Odontologia de Roraima – CRO-RR

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (meses)	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para os Funcionários do CRO-RR.	12	R\$XXXXXXX	R\$XXXXXXX
VALOR TOTAL GLOBAL.....				R\$ XXXXXX

**2. DADOS DA EMPRESA**

Empresa (razão social):

CNPJ:

Endereço:

Contato:

E-mail:

Responsável pelo preenchimento:

**3. OBSERVAÇÕES**

3.1. Manteremos a Proposta válida pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da confirmação do recebimento da mesma;

3.2. Estamos cientes de que a proposta deve ser encaminhada em formato PDF para o endereço eletrônico, [licitacao@crorr.org.br](mailto:licitacao@crorr.org.br), ou ser entregue presencialmente na sede do CRO-RR, no endereço constante no cabeçalho, de segunda a sexta-feira em horário de funcionamento;



3.3. Nos preços apresentados estão inclusos todos os custos com salários, encargos sociais, seguros, alimentação, transportes, uniformes, EPI's, lucros, encargos fiscais e parafiscais, materiais necessários para execução do objeto desta licitação, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para os fornecimentos licitados;

3.4. Na execução dos fornecimentos, observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões do CRO-RR;

3.5. Manteremos em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

3.6. Temos inteiro conhecimento das exigências e obrigações apresentadas pelo CRO-RR, inclusive aquelas contidas neste Termo de Referência, ao qual obtivemos uma cópia.

Atenciosamente,

---

Assinatura do responsável e carimbo do CNPJ

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE**  
(Em atenção inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal)





Boa Vista – RR, 03 de janeiro de 2025.

**Processo nº:** 031/2024

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para os Funcionários do CRO-RR.

Ao

**Agente de Contratação**

Conselho Regional de Odontologia de Roraima – CRO-RR

A \_\_\_\_\_ (EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 7º,  
inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo  
na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Atenciosamente,

---

Assinatura do responsável e carimbo do CNPJ

## AVISO SIMPLIFICADO DE CONTRAÇÃO DIRETA

Boa Vista – RR, 22 de janeiro 2025.

**Dispensa de Licitação n.º 90008.2024**

**Processo Administrativo n.º 032/2024**

**Contratante:** Conselho Regional de Odontologia do Estado de Roraima.

**Data da sessão pública:** 27/01/2025

**Horário da fase de lances:** 09h00 às 15h00 (horário de Brasília)

**Critério de julgamento:** Menor preço.

**Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim

Torna-se público que o Conselho Regional de Odontologia do Estado de Roraima, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

- 1.1. Eventual contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho, de acordo com o Termo de Referência;
- 1.2. Considerando que o presente caso se enquadra no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, bem como o Parecer Jurídico constante dos autos, **DECLARO** ser dispensada a licitação e **AUTORIZO** a realização da contratação direta.
- 1.3. A execução, fornecimento e demais disposições se darão conforme o exposto no Termo de Referência do **Processo SEF032/2024** – CRO/RR;
- 1.4. O valor máximo para a execução do contrato no período de 12 meses será de **R\$31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais)** conforme a Pesquisa de Preços acostada nos autos.

1.5. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

- 1.5.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 1.5.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
- 1.5.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 1.5.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 1.5.5. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 1.5.6. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 1.5.7. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 1.5.8. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 1.5.9. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 1.5.10. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 1.5.11. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 1.5.12. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 1.5.13. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 1.5.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  - 1.5.15. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - 1.5.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
  - 1.5.17. Sociedades cooperativas.
  - 1.5.18. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.6. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
  - 1.7. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
  - 1.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
  - 1.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

- 1.10. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 1.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 1.11.1. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 1.11.2. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 1.11.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 1.11.4. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 1.11.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 1.11.6. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 1.11.7. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 1.11.8. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 1.11.9. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



- 2.11 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 2.12 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- a. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 2.13 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- b. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - c. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$50,00 (cinquenta reais)**.
- 2.14 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 2.15 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 2.16 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 2.17 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 2.18 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 2.19 A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação, e deverão constar:

- 2.110 Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa proponente;
- 2.111 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta;
- 2.112 Dados bancários da empresa, com número do banco, conta corrente e agência;
- 2.113 A proposta deverá ser apresentada com a descrição do objeto ofertado, atendendo ao descrito nos itens 2.1 e 2.2 deste Termo de Referência.
- 2.114 A licitante deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item ou serviço, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 2.115 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 2.116 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 2.117 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 2.118 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 2.119 Qualquer elemento que possa identificar a licitante no cadastro dos dados da proposta no sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

- 2.120 As propostas terão validade de no **mínimo 60 (sessenta) dias** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 2.121 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 2.122 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento comomicroempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 2.123 Demais informações pertinentes estão previstas no Termo de Referência que obriga os participantes, do qual não pode se alegar desconhecimento, bem como os demais documentos publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e os documentos constantes do Processo Administrativo de referência.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
 **DANIELA FAVALLI JACCOMO**  
Data: 22/01/2025 10:37:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**DANIELA FAVALLI JACCOMO,CD**  
Presidente do CRO/RR